

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.371 - DF (2019/0196944-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : LARISSA REIS DE AVILA
ADVOGADO : DIEGO ANTONIO BORTOLOTI - PR072548

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial da **UNIÃO** (fls. 258/262e), objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

No caso, o Recurso Especial teve seguimento negado porque o acórdão recorrido estaria em consonância com o entendimento fixado no julgamento do Recurso Especial n. 1.495.146/MG, julgado sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 905/STJ) e, no que sobeja, restou inadmitido sob o fundamento de não demonstrada a violação apontada pela Agravante (fls. 247/252e).

Inconformado com a mencionada decisão, o Agravante interpôs Agravo Interno contra a negativa de seguimento (fls. 263/270e), bem como Agravo em Recurso Especial (fls. 25/262e), objetivando a reforma dos fundamentos relativos à inadmissão (fls. 247/252e).

Acerca dos meios de impugnação das decisões proferidas pelos Presidentes ou Vice-Presidentes dos tribunais de origem, o Código de Processo Civil de 2015, com a redação dada pela Lei n. 13.256/2016, dispõe:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

(...)

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

(...)

V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que:

a) o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos;

b) o recurso tenha sido selecionado como representativo da controvérsia; ou

c) o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação.

§ 1º Da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042.

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

(...)

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos. (destaques meus).

Embora a legislação tenha restado silente acerca do procedimento a ser adotado quando interpostos ambos os agravos, previstos nos arts. 1.030, § 2º, e 1.042 do Código de Processo Civil, a análise prévia do Agravo Interno revela-se providência lógica, porquanto seu eventual provimento poderá caracterizar a prejudicialidade do agravo em recurso especial.

Posto isso, **DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM** para julgamento do Agravo Interno e eventual devolução do feito a esta Corte, a fim de que se analise o Agravo em Recurso Especial (fls. 25/262e), procedendo à baixa na distribuição.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora